



**UFRPE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ELLEN JOSHUA ALVES DA SILVA

**OS XUKURU DO ORORUBÁ NA LIGA CAMPONESA DE PESQUEIRA  
(1948-1969): UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE PERIÓDICOS**

Recife

2021

ELLEN JOSHUA ALVES DA SILVA

**OS XUKURU DO ORORUBÁ NA LIGA CAMPONESA DE PESQUEIRA  
(1948-1969): UMA ANÁLISE ATRAVÉS DE PERIÓDICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariana Dantas

Recife

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S586x Silva, Ellen Joshua Alves da  
Os Xukuru do Ororubá na Liga Camponesa de Pesqueira (1948-1969):: Uma análise através de periódicos / Ellen Joshua Alves da Silva. - 2021.  
38 f.
- Orientador: Mariana Albuquerque Dantas.  
Inclui referências e anexo(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, 2021.
1. Xukuru. 2. História Indígena. 3. Ligas Camponesas. 4. Territorialização. 5. Imprensa. I. Dantas, Mariana Albuquerque, orient. II. Título

CDD 909

---

ELLEN JOSHUA ALVES DA SILVA

**Os Xukuru do Ororubá na Liga Camponesa de Pesqueira (1948-1969): uma análise através de periódicos**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Recife, \_\_\_\_ de março de 2021

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Albuquerque Dantas  
Orientadora

---

Prof. Dr. Edson Hely Silva  
Examinador externo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcília Gama da Silva  
Examinadora interna

**RESUMO:**

Este artigo investiga a participação de indígenas Xukuru do Ororubá na Liga Camponesa do município de Pesqueira no período que vai de 1948 a 1969, com destaque para a ocupação do sítio Pedra D'Água, área da Serra do Ororubá anteriormente pertencente ao aldeamento de Cimbres, onde habitavam os Xukuru. Os periódicos assumem papel fundamental nesse trabalho por explicitar os discursos das elites pernambucanas – principalmente da elite pesqueiraense – acerca da legitimidade da identidade Xukuru, da “ameaça comunista” no município e das disputas agrárias pela Serra do Ororubá. Além disso, tal intersecção entre as Ligas e os Xukuru se mostra bastante significativa para o entendimento prático do conceito de territorialização, formulado por João Pacheco de Oliveira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Xukuru; História Indígena; Ligas Camponesas; Territorialização; Imprensa.

**ABSTRACT:**

This article investigates the participation of Xukuru do Ororubá indigenous in the Peasant League of Pesqueira City from 1948 to 1969, with emphasis on the occupation of the Pedra D'Água site, in the Serra do Ororubá area previously belonging to the village of Cimbres, where the Xukuru people used to live. The journals assume a fundamental role in this work because they show the speeches of the Pernambuco elites - mainly of the ones formed in Pesqueira - about the legitimacy of the Xukuru identity, the “communist threat” in the city and the agrarian disputes over the Serra do Ororubá. Besides that, such an intersection between the Peasant Leagues and the Xukuru proves to be quite significant for the practical understanding of the concept of *territorialização*, formulated by João Pacheco de Oliveira.

**KEYWORDS:** Xukuru; Indigenous History; Peasant Leagues; *Territorialização*; Journals.

## I - INTRODUÇÃO

A temática tratada no presente trabalho é a variedade de estratégias de reivindicação agrária adotadas pelos Xukuru do Ororubá<sup>1</sup> frente à negação de sua identidade étnica e, conseqüentemente, das terras de seu antigo aldeamento, com enfoque no município de Pesqueira entre os anos de 1948 e 1969. A problemática a ser abordada se baseia na participação desses indígenas nas movimentações relacionadas às Ligas Camponesas na zona rural de Pesqueira, inclusive na ocupação, em 1963, do sítio Pedra D'Água, área pertencente ao antigo aldeamento de Cimbres, que passou ao domínio da União (SILVA, 2010). Esse processo constituiu historicamente a sua primeira tentativa de retomada de terras, muito antes da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e da Constituição de 1988, geralmente reconhecidos como estopins para as mobilizações agrárias desses indígenas.

As fontes utilizadas foram os documentos oficiais e publicações da época, principalmente os periódicos regionais Diário de Pernambuco, A Voz de Pesqueira e Gazeta de Pesqueira, estes consultados no Arquivo Público de Pernambuco e o primeiro disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Além disso, o trabalho referencial de pesquisa de longa data do professor Edson Silva acerca do povo Xukuru do Ororubá, expresso em vários livros, artigos e publicações, mostrou-se fundamental para a construção desta pesquisa e para a compreensão dos contextos históricos e sociais vivenciados por esses indígenas.

O início do recorte temático se dá em 1948 devido aos dois únicos artigos de periódico a citar diretamente a Liga Camponesa Clementino da Hora, “composta dos caboclos da serra de Ororubá, no sítio Brejinho”<sup>2</sup>. O nome “Clementino da Hora” não se repete nos periódicos e não foi possível rastrear a

---

<sup>1</sup> O povo Xukuru do Ororubá habita nos municípios de Pesqueira e Poção, a cerca de 215 km do Recife, na região Agreste do Semiárido pernambucano. Em 2013, foi constatado tratar-se da maior população indígena em Pernambuco, tendo sido contabilizada uma população de 12.139 indivíduos (LÉAL e ANDRADE, 2012, p.8 apud SILVA, 2021). Os Xukuru do Ororubá afirmam ter escolhido tal autodenominação para que não fossem confundidos pela imprensa e pela sociedade em geral com um outro povo indígena denominado Xukuru-Kariri, habitantes nos municípios de Palmeira dos Índios/AL, Paulo Afonso/BA e Caldas/MG. Em 2003, após conflitos internos que resultaram em violências e assassinatos na Aldeia Vila de Cimbres, algumas famílias indígenas foram expulsas do território Xukuru do Ororubá, se autoproclamaram “Xukuru de Cimbres” e atualmente são reconhecidas como um povo indígena habitante na área urbana de Pesqueira e em um território que compreende parte dos municípios vizinhos de Alagoinha, Venturosa e Pedra, todos em Pernambuco (SILVA, 2018, p. 29-46).

<sup>2</sup> “O governo e as ‘Ligas Camponesas’”. **Diário de Pernambuco**, 28/03/1948. p. 4

sua origem. Alguns anos depois, em 1954, ocorreu a viagem a pé de três indígenas Xukuru ao Rio de Janeiro, à época capital do Brasil e onde localizava-se a sede do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Através de discursos que remetem à participação de seus antepassados na Guerra do Paraguai, em que acionam a memória da terra dada como recompensa pelo Império, acabaram por conquistar a instalação de uma escola, uma igreja e do Posto do SPI, não tendo tais conquistas, porém, solucionado os conflitos com os invasores das terras do antigo aldeamento (SILVA, 2010, p. 231). Neste contexto, compreender o conceito de territorialização formulado por João Pacheco de Oliveira<sup>3</sup> (1998) é essencial no sentido de que, através da atribuição territorial fixa de uma população, como foi o aldeamento de Cimbres, sua relação com o passado será reelaborada e suas formas culturais e organização política serão reestruturadas. Também é importante compreender que, para Max Weber (1994), a ação política comum atua como um dos elementos de formação e manutenção do sentimento de comunhão étnica.

A viagem ao Rio de Janeiro foi motivada, entre outras coisas, pelas pressões dos fazendeiros em apossar-se das ricas terras da Serra do Ororubá, um brejo de altitude em meio ao agreste pernambucano. A uberdade<sup>4</sup> destas terras é observada desde o período colonial, ocasionando o grande interesse dos latifundiários. Com a extinção do aldeamento no ano de 1879, justificada no discurso de desaparecimento dos povos indígenas no Nordeste e de sua “assimilação” à sociedade, os poucos Xukuru do Ororubá que conseguiram permanecer com pequenas parcelas de terra passaram a enfrentar a pressão dos latifundiários no intuito de tomar posse destas, o que chegou a envolver falsos documentos de venda (SILVA, 2008, p. 128). Os que não possuíam “sítios”, nomenclatura adotada pelos indígenas para essas glebas, viviam de trabalho arrendado ou como moradores nas terras em posse dos grandes fazendeiros, além do trabalho pesado e irregular nas fábricas de doces de

---

<sup>3</sup> João Pacheco de Oliveira é antropólogo e Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Realizou pesquisas em etnicidade e território voltadas sobretudo para povos indígenas na Amazônia e no Nordeste, sendo um grande referencial para o estudo destes.

<sup>4</sup> No Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, publicado em 1908, Sebastião Vasconcellos Galvão fala sobre a muito diversa produção agrícola de Cimbres, que contava com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas, além de uma grande variedade de frutas. O autor ressalta, entretanto, que essa produção era oriunda da Serra, local de grande fertilidade, pois “geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece”. (GALVÃO, 1908, p.181 apud SILVA, 2008, p. 118).

Pesqueira. Durante as secas, era comum a migração para a zona da mata sul de Pernambuco ou para as fazendas de algodão na Paraíba a fim de realizar algum trabalho sazonal para o seu sustento.

De acordo com Edson Silva (2010, p. 102), o grande desenvolvimento agroindustrial ocorrido através de financiamento público depois de 1945 ocasionou significativas transformações, como a cobrança abusiva do foro ou expulsões de antigos moradores, o que se estendeu para o município de Pesqueira. Estas situações evidentemente causaram conflitos entre os latifundiários (fazendeiros na região do Agreste e usineiros na Zona da Mata) e trabalhadores rurais. Juntamente com o estímulo à mobilização dos trabalhadores nos governos de Jango e Juscelino Kubitschek, foi desenhado um quadro de descontentamento social em que se formaram expressões sociais como as Ligas Camponesas. (SILVA, 2010, p. 102) Nesse ambiente de profunda opressão e exploração por parte dos fazendeiros invasores de terras, a Liga Camponesa de Pesqueira encontrou terreno fértil entre os indígenas da Serra do Ororubá, que buscavam novas formas de reivindicar seu território ancestral devido à falta de efetividade da instalação do Posto do SPI.

Desta forma, os Xukuru do Ororubá apropriaram-se dos discursos da Liga e, junto com esta, ocuparam em 1963 o Sítio Pedra D'água, parte de seu antigo território que havia se tornado propriedade da União (SILVA, 2010, p. 113). A ocupação durou até 1964, quando foi reprimida pela Ditadura Militar (SILVA, 2008, p. 269), mas toda a situação é elucidativa primeiramente para o estabelecimento de uma relação entre o fortalecimento do movimento camponês brasileiro e o Golpe Militar de 1964, que baseou-se em uma suposta luta contra o comunismo para reprimir tais movimentos sociais, principalmente após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963. E, secundamente, no sentido de compreender as diversas possíveis estratégias de reivindicação indígena pela garantia de seus direitos, podendo esses utilizarem-se de discursos e instituições criados pela sociedade não-indígena se as circunstâncias indicarem que tal alternativa será bem sucedida, além de também reelaborarem suas memórias na criação de discursos próprios que justifiquem sua solicitação.



## II - OS POVOS INDÍGENAS NO NORDESTE E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Durante muito tempo, até o final do século XX, a historiografia brasileira retratou as populações indígenas enquanto sujeitos a-históricos, inocentes e indiferentes aos processos históricos e sociais ocorridos à sua volta. De acordo com Francisco Adolfo de Varnhagen (1854, apud MONTEIRO, 1995, p. 221), considerado um dos pioneiros da historiografia brasileira, para os indígenas “[...] não há história, há apenas etnografia”. Os indígenas no Nordeste, mais especificamente, tinham sua identidade étnica negada ao serem comparados com seus antepassados descritos em relatos de cronistas quinhentistas e seiscentistas, e eram considerados mestiços que haviam perdido seus traços culturais e fenotípicos. A partir da maior visibilidade conquistada pelos movimentos indígenas no fim da década de 70, da aceitação do uso de fontes orais, anteriormente deslegitimadas, e também de uma maior integração entre a História e as demais Ciências Humanas, principalmente a Antropologia, surgiu um novo olhar historiográfico sobre as populações indígenas. Os trabalhos publicados neste momento conquistaram grande importância devido às inovações que traziam em seus discursos e aos subsídios que deixaram aos novos historiadores, chamando atenção para o equívoco de reduzir a agência indígena à resistência pautada na violência direta.

João Pacheco de Oliveira exerce uma grande influência no estudo dos indígenas no Nordeste por ter sido um dos primeiros a dedicar-se a compreender os processos sociais por que passaram durante a História. Para o autor (OLIVEIRA, 2004, p. 16), a metáfora de Lévi-Strauss, que caracteriza o antropólogo como astrônomo que deve desvendar configurações muito diferentes e afastadas da sua própria, pode ajudar a entender a baixa atratividade dos povos no Nordeste para a etnologia. O autor cita falas de Darcy Ribeiro em seu livro de grande sucesso *Os Índios e a Civilização* — como a de que os Xukuru teriam perdido “o idioma e todas as práticas tribais, exceto o culto do Juazeiro Sagrado, se é que este cerimonial fora originalmente deles” e “os remanescentes tribais, que ainda resistem ao avassalamento, só têm significado como acontecimentos locais, imponderáveis” (RIBEIRO, 1970, apud OLIVEIRA, 2004, p. 17) — para exemplificar o desprezo com que muitas vezes esses indígenas eram tratados pelos cientistas sociais. O próprio Serviço

de Proteção aos Índios (SPI), que deveria ter uma visão diferenciada nesta relação, habituado a atuar em áreas de fronteiras em expansão com indígenas culturalmente muito diferentes dos não-índios e que dominavam amplo território, mostrava-se hesitante na atuação com indígenas sertanejos, pobres e que não possuíam terras ou grande contrastividade cultural.

Entretanto, a maior contribuição de João Pacheco de Oliveira reside na formulação do conceito de territorialização, a partir do qual o autor conclui que um fato histórico, neste caso a presença colonial, acaba por instaurar uma nova relação entre a sociedade e o território e por impactar em suas características socioculturais. Para o autor, a partir da outorga de um território fixo a uma sociedade, ocorrerá a reestruturação de suas formas culturais e organização política, além da reelaboração de sua relação com o passado. Logo, um objeto político-administrativo, como as “reducciones” ou as “comunidades indígenas”, transforma-se em uma coletividade organizada “formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)” (OLIVEIRA, 2004, p. 24). As populações indígenas que hoje habitam o território do Nordeste foram afetadas por dois processos de territorialização de características distintas: um relacionado às missões religiosas, ocorrido entre o fim do século XVII e as primeiras décadas do XVIII; e o outro, associado à agência indigenista oficial e ocorrido no século XX.

No primeiro movimento de territorialização, indígenas de diferentes línguas e culturas foram atraídos para os aldeamentos, sedentarizados e catequizados, no que foi considerado por Oliveira como a primeira “mistura”. Destes que permaneceram aldeados descendem os atuais etnônimos indígenas do Nordeste. O Diretório dos Índios, lei publicada em 1758 com o propósito de normatizar vários aspectos das relações entre os colonos e os indígenas, foi o responsável pela segunda “mistura”, visto que estimulava casamentos interétnicos e a ocupação de terras de antigos aldeamentos por colonos brancos. Seus efeitos não foram maiores devido à pouca presença humana nas fazendas de gado, empreendimento de maior sucesso na região tratada. Como não haviam muitas migrações para o sertão, as antigas terras dos aldeamentos foram mantidas pelos descendentes dos aldeados “que as

mantinham como de posse comum, ao mesmo tempo que se identificavam coletivamente mediante referências às missões originais, a santos padroeiros ou a acidentes geográficos” (OLIVEIRA, 2004, p. 25). Ao rebater, no final do século XVIII, a proposta de reservar para a Coroa as florestas ao sul da capitania da Bahia, distantes dos centros urbanos e quase despovoadas por europeus, o historiador e magistrado Baltasar Lisboa ironiza:

Querem que à Marinha Real se destinem só as matas dos sertões da costa, habitadas de índios selvagens e de negros fugidos em mocambos. Ainda assim não ficava esta propriedade segura, pelos direitos [...] que reclamariam estes habitantes, e pelos danos da lavoura de que ficariam privados. E como neste século de tantas novidades tem havido publicistas e doutores que têm escrito livros expressos sobre o direito das bestas, quem sabe não dariam também boas razões aos orangotangos, tigres e surucucus das matas grossas para se queixarem da violência e de uma indenização condigna à posse em que estavam de viverem nestas brenhas? (LISBOA, s/d, PÁDUA, 1999, p. 497-538)

Mas, com a Lei de Terras de 1850, as antigas vilas expandem seus núcleos urbanos e os governos provinciais vão extinguindo gradativamente os antigos aldeamentos, enquanto não indígenas tomam posse de grandes parcelas de terras. Segundo Edson Silva (2008, p. 78), “no ato da medição e demarcação, a umas poucas famílias indígenas foram destinados pequenos lotes, outras famílias se dispersaram, ocorrendo uma terceira mistura” que limitou gravemente as posses dos índios.

No segundo movimento de territorialização, iniciado na década de 1920, houve uma imposição de crenças e instituições ligadas a um modo de vida de indígena que vivia em reservas e era tutelado. Mas a política indigenista oficial exigia descontinuidades culturais entre os indígenas e o restante da população regional e esse processo de territorialização acabou por obter características bem distintas do primeiro. O ritual do toré, por exemplo, exhibe para os regionais, os indigenistas e os próprios índios os sinais de indianidade. Logo, o processo de territorialização não deve ser visto como de mão única, visto o seu apoderamento pelos indígenas de forma a construir “uma identidade étnica individualizada daquela comunidade em face de todo o conjunto genérico de ‘Índios do Nordeste’” (OLIVEIRA, 2004, p. 28).

No entanto, tal processo não deve ser entendido de forma negativa como um prejuízo às identidades indígenas em questão ou como uma “assimilação” dessas sociedades. De acordo com Maria Regina Celestino de

Almeida, que compreende o sujeito indígena como agente social e não vítima passiva, as ideias de

cultura e etnicidade entendidas como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, que continuamente se rearticulam através das interações entre os grupos étnicos e sociais em tempos e espaços definidos, permitem novas interpretações sobre as trajetórias de povos indígenas inseridos em sociedades envolventes. (ALMEIDA, 2015, p. 120)

### **III- OS XUKURU E A SERRA DO ORORUBÁ**

No Agreste do Estado, zona semiárida de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, os Xukuru habitam a Serra do Ororubá desde a segunda metade do século XVII, quando foi fundado o Aldeamento de Ararobá, posteriormente denominado de Cimbres devido à legislação pombalina. A Serra, situada no município de Pesqueira, tornou-se cedo um lugar de conflitos devido ao seu status de brejo de altitude em meio ao agreste. Segundo Porto, Cabral e Tabarelli (2004, p. 9), em material produzido para o Ministério do Meio Ambiente,

os Brejos de Altitude Nordestinos são encaves da Mata Atlântica, formando ilhas de floresta úmida em plena região semi-árida cercadas por vegetação de caatinga, tendo uma condição climática bastante atípica com relação à umidade, temperatura e vegetação[...].

No final do século XVIII, ainda durante a Colônia, já é possível constatar a disputa de fazendeiros por cargos que seriam de exclusividade indígena, como o de Capitão-mor da Vila de Cimbres (SILVA, 2008, p. 113). Nos periódicos, uma carta sem autoria publicada na seção Revista Diária do Diário de Pernambuco em 1874 demonstra o interesse da sociedade nas terras da Serra ao afirmar que a vila de Pesqueira promete ter um bom futuro enquanto cabeça da comarca de Cimbres

[...] assim o governo cuidasse em extinguir o aldeamento dos índios, que serve tão somente para atraso da localidade, porque os melhores terrenos para a agricultura estão em poder dos intitulados aldeados, gente indolente que se limita a ter um bananeiral e alguma mandioca. O aldeamento é uma sinecura para honrarias, e serve de arma política de dois gumes: serve para demonstrar o nosso atraso, porque não é possível compreender homens, maiores a todos os respeitos, que a lei manda à força considerar órfãos [...] (MELLO, 1975, p. 797).

A partir das afirmações contidas na carta, é possível vislumbrar alguns aspectos da posição política deste leitor pesqueirense do Diário de Pernambuco ao final do século XIX: ele compreende a riqueza das terras da

Serra do Ororubá e é completamente contra a manutenção do aldeamento, além de afirmar que os indígenas plantam apenas banana e mandioca, informação que se prova falsa quando considera-se o abastecimento das feiras livres da cidade de Pesqueira com uma variedade de frutas advindas das plantações dos indígenas na Serra. No ano de 1885, pouco depois da extinção do aldeamento, 192 indígenas assinam um abaixo-assinado em que apelam para que o Presidente da Província de Pernambuco faça

cessar as perseguições de que são vítimas”. Informavam os índios que as terras públicas, onde eles se encontravam, estavam sendo invadidas por “verdadeiros intrusos”. Os índios se ocupavam “exclusivamente do trabalho da agricultura” para se manter e denunciavam as invasões das terras, por fazendeiros. A exemplo de um fazendeiro que fugindo da seca na Paraíba, ocupara uma das áreas mais férteis na Serra do Ororubá, com seu gado destruindo as roças dos indígenas que, por serem pobres, estavam sendo explorados e não eram ouvidos em suas queixas, pelas autoridades policiais. (SILVA, 2008, p. 120-121)

Com este trecho é possível perceber que os indígenas apropriaram-se dos meios legais vigentes durante o Império, sem assumir o papel de passividade que lhes era atribuído, visto que estavam reivindicando o seu direito à terra. Esse e outros tipos de disputa são recorrentes durante o século XIX, período em que, incentivados pelas políticas indigenistas assimilacionistas instituídas tanto pela Coroa Portuguesa quanto pelo Império Brasileiro, os cidadãos e a Câmara Municipal de Pesqueira elevam seu interesse em tomar posse das terras e rendimentos coletivos do aldeamento, alegando a necessidade de expansão do município. De acordo com Silva, havia entre os próprios vereadores, invasores de terras indígenas, que legislavam movidos por interesses próprios visto que a medição e demarcação das terras coletivas legitimaria sua posse da terra (2017b, p. 157-158).

Em um relatório publicado em 1944, mais de 60 anos após a extinção do aldeamento de Cimbres, e intitulado “Relatório tratando da situação dos índios Xukurús e suas terras na Serra de Urubá”, o sertanista Cícero Cavalcanti evidencia que a população da Serra era composta por índios e mamelucos que plantavam o milho e o feijão “em terras arrendadas” (SILVA, 2008, p. 197), visto não ser permitido pelos fazendeiros o cultivo da mandioca por parte desses. Silva infere, a partir de tais afirmações e diante da situação agrária

vigente, que tal cultivo não interessava aos invasores posto que as terras eram arrendadas por estes “em troca do plantio do capim ou do restolho da colheita da roça para o gado” e, além disso, “muitas vezes os animais eram colocados dentro da área plantada ainda sendo colhida pelos índios” (2008, p. 197). Tal questão aparece de forma semelhante na pesquisa de Thomas Rogers. Ao tratar sobre imaginários paisagísticos na zona da mata pernambucana, o autor ressalta que os senhores impunham suas regras ao uso da terra:

Por exemplo, lavouras ‘de raiz’ eram proibidas nos roçados. Um trabalhador me disse em 2003 que a plantação de lavouras de raiz, como a bananeira, “é um gesto que você sendo o proprietário da terra ou mesmo usineiro” (sic). Ao proibir alguns usos da terra, os senhores preveniam contra uma atitude entre os trabalhadores de liberdade e controle. Da perspectiva dos senhores, os trabalhadores não mandam em nada. (ROGERS, 2009, p. 7)

Isto posto, é possível compreender a proibição do plantio de mandioca também pela perspectiva de negação da posse da terra em questão. Da mesma forma que a mudança de tratamento por parte da Imprensa é mais facilmente compreendida se levarmos em conta que a extinção dos aldeamentos estava diretamente ligada à legitimação do discurso de desaparecimento ou assimilação dos indígenas que neles residiam.

### **III - OS XUKURU, A INDÚSTRIA DE DOCES E O MUNICÍPIO DE PESQUEIRA**

Segundo Betânia Galindo (2007, p. 55-59), o grande marco para o crescimento do município de Pesqueira deu-se através da chegada da linha férrea, no início do século XX, tendo a estação pesqueiraense sido a última em direção ao Sertão de 1907 a 1912, o que a tornou em um entreposto comercial agitado. Logo, seu comércio, já bastante desenvolvido devido à sua localização estratégica no que dizia respeito às rotas para o sertão, passou a diversificar-se. O desenvolvimento comercial do município durante o século XIX e o início do XX e o seu contexto estrutural permitiram o acúmulo de capital necessário à substituição do comércio pela indústria, o que pode ter impulsionado o surgimento das indústrias de doces e tomates. Segundo Galindo, em 1898, Dona Maria da Conceição Cavalcanti de Britto, esposa do comerciante Carlos de Britto “passou a produzir tabletes de doces de goiaba e depois de banana, frutos extrativos em excesso na Serra de Ororubá, e que

eram trazidos pelos caboclos para serem vendidos por preços irrisórios nas feiras livres da cidade” (GALINDO, 2007, p. 62). Desta forma, era fundada uma das primeiras fábricas doceiras do Brasil (WILSON, 1980, p. 43 apud GALINDO, 2007, p. 63), as Indústrias Peixe, “modificando toda a situação econômica não só da cidade, mas de toda aquela região sob sua influência”(GALINDO, 2007, p. 63). Apesar da narrativa de Galindo romantizar um pouco o surgimento da Fábrica, é possível ter alguma dimensão da importância da produção agrícola da Serra para este empreendimento.

Em 1906, com o intuito de suprir a grande demanda voltada para a Fábrica Peixe, a Fábrica Rosa é fundada pelos irmãos Didier. Outras pequenas indústrias de doces com a mesma linha produtiva irão surgindo ao longo do tempo, chegando a um ponto em que os trilhos da linha férrea foram expandidos até os portões das fábricas através de bondes de tração animal, com o intuito de facilitar o envio e o recebimento de produtos (GALINDO, 2007, p. 65). Apesar das várias denúncias de favorecimento político ao grupo Peixe, entre elas a de que a Fábrica homônima utilizava toda a água da cidade e a prefeitura arcava com a conta (GALINDO, 2007, p. 68), seus negócios cresciam exponencialmente, muito devido ao desenvolvimento de plantios de tomate a partir de 1914, visto que, anteriormente, sua polpa

só era adquirida através de importação, sendo a Itália o principal fornecedor. [...] Mesmo sendo o tomate um fruto alienígena, adaptou-se muito bem no Agreste pernambucano e como é uma cultura que necessita de concentração espacial e proximidade das unidades de processamento, por ser muito perecível, as indústrias pesqueirenses incentivaram o seu cultivo não só no município, mas também em outros municípios circunvizinhos, convertendo o Agreste Centro Ocidental de Pernambuco na maior área produtora de tomate rasteiro do país. (GALINDO, 2007, p. 70)

A partir da década de 20, a Peixe, que já comprava a produção de frutas dos agricultores, dá início ao seu próprio plantio, passa a ter trabalhadores assalariados e adquire muitas propriedades rurais nas proximidades, dando destaque a Pesqueira por “possuir as maiores plantações de tomate em terras contínuas do mundo” (SOUZA, 2006, p. 29 apud GALINDO, 2007, p. 72), ocupando cerca de cinco mil hectares<sup>5</sup>.

Na crônica “Serra do Ororubá”, publicada em 1953 no periódico A voz de Pesqueira, o Pe. Olímpio Torres afirma que

---

<sup>5</sup> A voz de Pesqueira, Pesqueira, 26/07/1953, p.1. apud. SILVA, 2008, p. 165-166.

os agricultores são empurrados para a ribeira estéril, se não querem ser operários na cidade. E o município, que outrora se bastava a si mesmo e ainda abastecia outros mercados, hoje é quase faminto e dentro pouco tempo estará importando até maxixe<sup>6</sup>.

A situação social na cidade estava difícil, possivelmente pela migração dos indígenas moradores da Serra, repelidos pelos fazendeiros para a área urbana. No mesmo periódico, um colunista<sup>7</sup> mostrava-se contra a prática da mendicância, apontando que as chuvas possibilitariam trabalho para todos<sup>8</sup>, sem levar em consideração, no entanto, a escassez de terras para o trabalho, visto estarem estas sob o poder dos fazendeiros. Através de uma reportagem sobre uma reunião com a presença do Secretário Estadual da Agricultura em 1954, é possível perceber o posicionamento de um produtor agroindustrial acerca das terras da Serra do Ororubá. Ao ser questionado pelo representante do Bispo de Pesqueira acerca do “problema da Serra do Ororubá e suas possibilidades agrícolas”, Moacir de Brito, membro da família proprietária da Fábrica Peixe e, naquele momento, agrônomo da Secretaria da Agricultura replicou que “a Serra do Ororubá tinha suas terras esgotadas para a agricultura economicamente considerada”. Em seguida, a reportagem informava ainda que “o Dr. Moacir [...] não acreditava na agricultura em bases comerciais no Agreste e no Sertão”<sup>9</sup>. Walter Didier, cuja família fundou a Fábrica Rosa e possuía fazendas na Serra do Ororubá, pediu a palavra e a reunião foi encerrada com o veredicto do agrônomo Brito,

aceito pelos fazendeiros ‘agricultores’, a quem não interessavam conflitos com os fazendeiros criadores de gado ou os produtores agroindustriais em Pesqueira, pois todos eram da mesma classe social e invasores nas terras da Serra do Ororubá (SILVA, 2008, p. 168).

Apesar do que foi afirmado pelo agrônomo, as frutas que chegavam às indústrias de doces advinham principalmente da Serra do Ororubá, onde cada vez mais desapareciam os “retalhos de matas testemunhos” e multiplicavam-se as plantações de goiabeiras, bananeiras e outras frutas (SETTE, 1956, p. 12). A criação de gado também degradava a Serra por causa do costume dos fazendeiros — apontado inclusive no abaixo-assinado supracitado de 1885 — de soltá-los nos refrigerios, locais de clima ameno e concentração de roças de

---

<sup>6</sup> A voz de Pesqueira, Pesqueira, 14/06/1953, p.1. apud. SILVA, 2008, p. 159-160.

<sup>7</sup> Provavelmente, Ivo de Assis, como será visto mais a frente.

<sup>8</sup> “Notas soltas”, A voz de Pesqueira, Pesqueira, 21/06/1953, p.1. apud SILVA, 2008, p. 164.

<sup>9</sup> “Mesa-redonda do Secretário da Agricultura com criadores e agricultores deste município”. A voz de Pesqueira, Pesqueira, 17/01/1954, p.1. apud. SILVA, 2008, p. 167-168.



pequenos agricultores, principalmente dos indígenas (SETTE, 1956 apud SILVA, 2008, p. 168-169).

Enquanto as grandes famílias construíaam seus casarios, surgiam as aglomerações na periferia do núcleo urbano para comportar as habitações dos operários. Desta forma, surgiu o Bairro Mandioca, habitado em grande parte por indígenas Xukuru que trabalhavam nas fábricas. O nome do bairro atualmente é Xukuru e abriga grande parte das famílias indígenas no núcleo urbano do município. Moradores locais mais velhos afirmam que muitas dessas famílias foram expulsas de seus sítios na Serra por fazendeiros (SILVA, 2008, p. 173). O pajé Xukuru falou da dimensão de terras ocupadas pelo plantio de goiabas:

Os plantios de goiaba se espalhavam por toda a Serra, em terras ocupadas por outros fazendeiros. A colheita era grande, nas safras da fruta: 'Era muita goiaba. Tinha muita goiaba. Saía dez, doze caminhões de goiabas daqui de cima dessa Serra. Da terra da gente, mas nas mãos dos fazendeiros [...]'. (BISPO, Pedro Rodrigues, "Seu" Zequinha, Pajé Xukuru, 72 anos. [Entrevista concedida a] Edson Hely Silva. Bairro Portal, Pesqueira/PE, em 05/07/2004. apud. SILVA, 2008, p. 175.)

Muitos Xukuru trabalhavam nas fábricas no decorrer da colheita das matérias-primas, grande parte no período noturno para evitar a fiscalização, visto que eram trabalhadores informais e sem vínculo empregatício. Eram dispensados ao fim da safra e iam procurar trabalho em outras localidades e ocupações, principalmente na Zona da Mata Sul de Pernambuco (SILVA, 2008, p. 175-176).

## **V - O USO DE PERIÓDICOS COMO FONTES HISTÓRICAS**

Durante muitos anos, até meados do século XX, perdurou a crença de que as fontes históricas retratavam a verdade absoluta e irrefutável da História e que estas falariam por si só, sem nenhuma influência de quem as redigiu. Logo, a História e o historiador deveriam ser imparciais, e as fontes ideais para isto seriam relatos "sem opiniões" como os documentos oficiais, geralmente relacionados à Igreja e aos órgãos governamentais. Nesse contexto, os periódicos não eram considerados adequados como fontes da pesquisa histórica. Pensar desta forma só foi exequível até a compreensão de que é impossível separar o historiador de suas produções, ainda que este seja objetivo e fundamente-se em fontes reconhecidas como legítimas, ainda será

movido por suas motivações pessoais e escreverá a partir de seu lugar social, o que vai tornar o resultado de seu trabalho diferente do que seria se tivesse sido produzido por outro historiador.

No decorrer do século passado, principalmente com a terceira geração dos Annales, ocorreu uma ampliação do que era considerado documento, da mesma forma que novos sujeitos e abordagens passaram a ser considerados importantes para a construção de uma História que dialoga com as outras Ciências Humanas. Ademais, segundo Antoine Prost, os textos passaram a ser analisados de outra forma, interessando “menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam” e, como acrescenta Tania Regina de Luca, pelos seus não-ditos e zonas de silêncio que instituem. (PROST, 1998, p. 130 apud LUCA, 2008, p. 114) A autora ressalta que “as ambiguidades e hesitações que marcaram os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento” (LUCA, 2008, p. 130) são características que podem ser observadas na análise através dos periódicos.

Em um breve panorama histórico, é possível perceber que até 1950 a Imprensa brasileira baseava-se em pequenas empresas com gestão improvisada e dirigia-se prioritariamente a um tipo de público, sendo chamada “Imprensa de Opinião”. Na década de 50, este tipo de Imprensa vai sendo suplantada pela “Imprensa de Informação”, que busca abolir o julgamento crítico e conseguir uma “objetividade” que não é atingível. Partindo do pressuposto de que a Imprensa sempre agirá no campo político-ideológico, traçar algumas características principais dos órgãos de Imprensa consultados é essencial em uma pesquisa que busque analisar jornais e periódicos. Segundo Tania de Luca (2008, p. 139),

a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeram como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

A autora sugere alguns procedimentos, ressaltando que não há uma receita pronta a ser seguida, dentre estes: localizar a publicação na história da imprensa, apropriar-se da forma de organização interna do conteúdo,

caracterizar o grupo responsável pela publicação, identificar os principais colaboradores, o público a que se destinava e as fontes de receita, e analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida. Seguindo alguns destes procedimentos, foram analisados três periódicos da região tratada: o Diário de Pernambuco, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, A Voz de Pesqueira e a Gazeta de Pesqueira, consultados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Pensando inicialmente nos aspectos históricos acerca do Diário de Pernambuco, o mais utilizado nesta pesquisa, este foi fundado no ano de 1825 em Recife — sendo hoje o jornal mais antigo em circulação na América Latina — e vendido aos Diários Associados de Assis Chateaubriand em 1931, com a alegação de que jamais assumiria “nenhuma ligação oficial; nenhum compromisso de partido; jamais o propósito deliberado de agradar ou desagradar seja a quem for”. (NASCIMENTO, 1968, p. 153). Chateaubriand era amigo de vários políticos ligados aos EUA e adquiriu uma empresa através de empréstimo fornecido por Nelson Rockefeller, coordenador de Assuntos Interamericanos do Governo Roosevelt. Logo, o empresário e, conseqüentemente, os meios de comunicação dos quais era proprietário, portavam-se a favor dos interesses estadunidenses (REICHEL, 2013, p. 60). O Diário de Pernambuco, tal qual outros periódicos dos Diários Associados, passou a contar com um artigo diário assinado por Chateaubriand, no qual explicitava sua interpretação do que fora publicado nas outras matérias. A partir de 1936, artigos que representavam as opiniões do corpo editorial, incluindo do próprio Chateaubriand, passaram a abrir a quarta página do periódico.

Por volta de 1948, no contexto da Guerra Fria, intensificou-se nestes editoriais a crítica ao comunismo, “com graves censuras ao PSD, por ter promovido a eleição de dois deputados ‘vermelhos’.” (NASCIMENTO, 1968, p. 172). É possível notar que, a partir da venda, o Diário passou a utilizar-se com frequência em suas colunas do termo “caboclo” para designar um indígena “misturado” à população, descendente de povos antigos e extintos, em um contexto de apagamento identitário dos povos indígenas contemporâneos que habitavam o Nordeste. Em coluna nomeada “Valorização [sic] do sertanejo”, publicada na quarta página da edição de 12 de abril de 1951,

o antropólogo americano Oberg, que se acha presentemente no Brasil, a serviço de um Instituto, de Washington, declarou que “o caboclo brasileiro é a melhor matéria prima de que o Brasil dispõe para a construção do seu futuro”. [...] O caboclo está tomado aí numa concepção geral; e não no sentido apenas de descendente direto dos antigos aborígenes. Aliás, também na linguagem popular se chama ao homem do interior de “caboclo”<sup>10</sup>. (grifo nosso)

Outro periódico analisado foi A Voz de Pesqueira, este fundado em 1936 com periodicidade quinzenal, e contando com os irmãos Eugênio Maciel Chacon como diretor e Milton Maciel como secretário, membros de uma das famílias mais influentes de Pesqueira. Foi fundado com o intuito de ser “a voz do seu povo ordeiro, trabalhador e progressista; da sua religião, que é o sustentáculo da sua fé; do seu progresso, através de suas principais indústrias” (NASCIMENTO, 2002, p. 515). A edição de 29 de agosto de 1937 contou com dez páginas em homenagem à Carlos de Brito & Cia. — as Indústrias Peixe —, por ocasião da Festa do Tomate, com artigos assinados por Severino Jatobá, Peixoto Sobrinho, Luiz Cristóvão dos Santos e José de Almeida Maciel, publicando estes dois últimos com frequência em outros periódicos. Em 1938, foi adicionado ao cabeçalho do periódico em questão o título de “jornal de maior tiragem do interior do Estado: 1.200 exemplares” (NASCIMENTO, 2002, p. 517).

Em 1941, seguindo o entendimento da direção de que o nome vigente não abarcava a zona de 20.000 quilômetros quadrados atingida pelo periódico, o título foi alterado para A Região. No entanto, logo o nome anterior precisou ser restabelecido por ordem do Departamento de Imprensa e Propaganda. Entre os colaboradores desta época, estavam Paulo de Oliveira, responsável pela seção “Canetadas”, e Ivo Izidoro de Assis, que escrevia as “Notas Soltas” — e que, durante o Levantamento Fundiário da TI Xukuru, realizado pela FUNAI em 1989, ocupava entre 100 e 299 hectares na Serra do Ororubá (FIALHO, 2011, p. 48)—. A partir do início da década de 1950, o jornal estreitou suas críticas ao comunismo e publicava com frequência caricaturas de jornais norte-americanos relacionados à Rússia soviética. No ano de 1954, o periódico dedicou-se à campanha de Eugênio Chacon para o cargo de deputado estadual, na qual não alcançou êxito, mas ao mesmo tempo publicava propagandas pagas para os candidatos do PSD a governador e deputados.

---

<sup>10</sup> “Valorização do sertanejo”, Diário de Pernambuco, Recife, 12/04/1951, p. 4.

Já a Gazeta de Pesqueira, fundada em 15 de novembro de 1902, teve como fundador-proprietário Sebastião José Bezerra Cavalcanti, um notável comerciante da região que, anos mais tarde, seria nomeado prefeito do município pelo interventor Lima Cavalcanti, descendente direto dos Siqueira Cavalcanti de Pesqueira. Em seu primeiro editorial, declarou ter por intenção merecer

o apoio de todos os pesqueirenses, o concurso de todos, sem distinção de classe ou de ideias partidárias. Se em nosso tirocínio tivermos de censurar esse ou aquele ato, não seremos para isto impulsionados por sentimentos partidários e muito menos por meras prevenções individuais. Censuraremos, é verdade, quando assim for preciso, mas levados pelo bom desejo de sermos úteis a nossa terra, porque só assim demonstraremos que, acima de tudo, o que desejamos é o bem comum da coletividade pesqueirense, o progresso deste município que nos deu o berço e que é digno de todos os nossos esforços, a fim de não continuarmos nesse marasmo que asfixia e mata a inteligência. (NASCIMENTO, 2002, p. 476, grifo nosso)

Em 1906, Zeferino Galvão, um renomado escritor são-bentense, tornou-se diretor e proprietário do periódico e novos colaboradores passaram a publicar neste, como José Maciel e Peixoto Sobrinho. Após sofrer por anos com censuras municipais, parou de ser publicado, voltando à circulação apenas no fim de 1952, sob direção de Luiz Neves, que também atuava como redator-chefe. Em seu novo editorial reafirmou que não iria fazer política. Entre julho e agosto de 1953, foi palco de uma polêmica troca de artigos entre o padre Olímpio Torres e J. A. de Assunção, pseudônimo de Ésio Araújo, que havia sido prefeito de Pesqueira entre 1947 e 1951. O motivo do debate teria sido a expansão da criação de gado na Serra do Ororubá. (NASCIMENTO, 2002, p. 492)

## **VI - OS XUKURU NOS PERIÓDICOS**

A partir da extinção do aldeamento de Cimbres, os Xukuru passam a ser tratados pela imprensa periódica de forma impessoal e abstrata. Muitas vezes, no mesmo texto, os Xukuru são tratados como se estivessem extintos há anos, colocados como parte de um passado longínquo e, logo depois, é dito que seus “descendentes” ou “remanescentes” ainda habitam a Serra do Ororubá.

É o caso da coluna que trazia crônicas históricas sobre os municípios do interior, intitulada Caminhos do Sertão, na qual o sociólogo e escritor

pesqueirense Luís Cristóvão dos Santos escreve, em 1969, uma série de artigos nomeados “Poço da Pesqueira”. Na primeira parte desta, conta, sobre a história “bela e comovente” da cidade de Pesqueira, que

em 1800, o Capitão-Mor Manoel José de Siqueira, recebe, por dote, as terras do "Poço da Pesqueira", imóvel esse integrante do imenso feudo territorial do sôgro [sic], cuja sede era a abastada fazenda "Genipapo". E ali, ao lado da jovem esposa que descendia dos índios xucurus, da lendária vila de Cimbres, (onde, segundo se supõe, esteve o seu progenitor, antes de ser o dono de "Genipapo"), lança os alicerces da sua fazenda[...].<sup>11</sup>

O autor discorre também sobre a proximidade entre a fazenda de Siqueira e o Riacho de Santana, que

se atirava no poço, onde o índios xucurus, realizavam pescarias, sendo por isso, conhecido, como o "Poço da Pesqueira" e cujo nome pitoresco batizara aquela fazenda, semente da vila e da cidadezinha que, quase um século depois, sorriria, cheia de vida, ao sol sertanejo.<sup>12</sup>

Já na terceira parte, Santos trata sobre a catequese dos índios da região e diz que esta,

segundo reza a tradição, [...]foi iniciada pelos padres jesuítas que, para isso, construíram um convento e uma capela na aldeia do Ararobá. Depois, em fins do século XVIII, foi fundada pelos padres missionários da Congregação de São Felipe Neri, cujo convento no Recife, a "Missão do Ararobá", que se destinava à catequese dos índios tapuios, cujas malocas se espalhavam pela região. A princípio eram os "ararobás", cujo nome batizara a povoação e se estendia, depois, por tôda a montanha. Quando estes se retiraram, apareceram os paratiós e os xucurus, cujos descendentes, ainda hoje estão localizados naquela região. Não muito longe, ficam as nascentes do rio Ipojuca [...]. E, marulhando suave, com saudade do corpo moreno e desnudo das cunhãs xucurus, que nele se banhavam, desliza o Riacho do Buxodogó, cujo nome tapuio guarda a lembrança da tribo guerreira que, outrora, antes da rapinagem do branco, era a dona do verde e montanhoso país da Ororubá. [...] Logo no começo, os missionários estabeleceram fazendas de criar, sítios e roçados de cereais, oficinas e escolas, na meritória missão de catequese, batizando, alfabetizando e casando a indiada, na igreja humilde, erguida no centro do povoado. No meio da paisagem deslumbrante, a montanha era o pedestal imenso daquele símbolo cristão, marco de civilização que ali chegava [...]. (Diário de Pernambuco. 07/12/1969. p. 21, grifo nosso)

Luís Cristóvão dos Santos, influente membro da elite local, já havia publicado, em 1953, a obra laudatória “Carlos Frederico Xavier de Britto: o bandeirante da goiaba”, na qual, apesar de sua importância no fornecimento de matéria-prima para os doces, os indígenas são citados apenas no contexto das bandeiras e o autor afirma que na zona que “[...] não era mata nem tão pouco sertão [...], onde crescia a pastagem nativa, chegou o boi, pesadão e tardo,

<sup>11</sup> SANTOS, Luís Cristóvão dos. “Caminhos do Sertão”, Diário de Pernambuco, Recife, 23/11/1969, p. 24.

<sup>12</sup> Ibid., p. 24.

cujas patas abriram caminho, ao estrondo dos bacamartes das 'entradas' nas fronteiras cariris" e que o desenvolvimento de Pesqueira "muito se deve aos pioneiros, aos que, a golpes de audácia e de visão creadora, superaram as contingências do meio ambiente, venceram a resistência da terra inculta e criaram novas fórmulas de vida na paisagem adusta" (SANTOS, 1953, p. 11-12). Também é de autoria de Santos o hino oficial do município de Pesqueira, no qual o autor demonstra não ignorar os processos históricos ocorridos neste ao proclamar:

Ó Pesqueira dos doces e das rosas, embalada ao rolar da "cachoeira", tens a graça das manhãs gloriosas, és sertaneja meiga e faceira. Um porvir grandioso tu desvendas, com a esperança fagueira te acenando, vem ao som do abôio nas fazendas, e o motor das fábricas pulsando. Lençol de prata pelos céus azuis, quanta beleza teu lar encerra. É a tristeza dos índios Xucurus, com a saudade atroz da tua serra. (PESQUEIRA, 2021)

Neste momento, os Xukuru contemporâneos aos periódicos analisados somem das narrativas da Imprensa enquanto indivíduos indígenas, podendo aparecer ocasionalmente enquanto caboclos, mestiços ou remanescentes. Quando este indígena é citado nominalmente, sua identidade indígena é completamente omitida. Esse é o caso de Cícero Pereira de Araújo, pai do Cacique "Xicão", em uma visita do então prefeito, Luiz Neves, ao sítio Canabrava, no ano de 1962, durante a qual o prefeito hospedou-se na residência de Cícero, e onde "acorreram centenas de pessoas dali e de sítios vizinhos"<sup>13</sup>. A notícia parece ter o intuito de alardear o trabalho do prefeito, que se encontrava em campanha eleitoral para o cargo de deputado estadual e era relacionado ao corpo editorial do periódico Gazeta de Pesqueira, e não faz referência ao fato de Cícero e grande parte dessas centenas de pessoas se tratarem de indígenas Xukuru moradores da Serra. É importante salientar que o prefeito era considerado um progressista para a elite pesqueirense, chegando a ter sido acusado de afirmar, durante sua candidatura em 1959, que "se eleito estaria ao lado dos camponeses e resolveria a situação de divisão de terra"(SILVA, 2010, p. 108).

Também é bastante difundido o discurso de que os Xukuru encontram-se em situação degradada e deplorável, como pode ser visto em 1949, quando Augusto Duque escreve na Folha da Manhã — em um artigo que

---

<sup>13</sup> "O prefeito visitou o sítio Canabrava". Gazeta de Pesqueira, Pesqueira, 17/06/1962, p. 4.

ironicamente trata sobre um ritual que demarca as fronteiras culturais dos Xukuru, realizado na recepção do novo Bispo — que “hoje os índios são arrazados e pobres. Vestem roupas, casam, tocam zabumbas e pífanos e morrem como o comum matuto de Pesqueira”<sup>14</sup>.

Segundo Edson Silva,

O conhecido cronista demonstrava perplexidade com o “espetáculo”, incomum para uma cidade tão industrializada, onde “mais de três centenas de remanescentes indígenas – xucurus – dançaram o tradicional ‘toré’, defronte da Catedral. [...] Escreveu Augusto Duque que “os nossos parentes xucurus” naquele dia trocaram o seu “terreiro tradicional” pelo espaço civilizado da praça em Pesqueira, trazendo uma “telúrica e selvagem mensagem” na recepção [...]. Para o cronista, o “verdadeiro aldeamento”, com um reconhecido “Mayoral”, existira até o século XIX, como informava a documentação da Diretoria de Índios em Pernambuco. Em nenhum momento Duque se referiu às razões dos conflitos, às invasões das terras do antigo aldeamento e às perseguições recentes aos índios na Serra do Ororubá. [...] Embora a situação dos índios apresentasse um quadro desolador, segundo o cronista algumas características conferiam aos “remanescentes xucurus um certo sentimento grupal”, “a persistência de certo caráter tribal”, a exemplo de alguns “hábitos e tradições”, como a devoção a N.Sra. das Montanhas, em Cimbres, uma tradição oral que remetia à pretérita catequese missionária; o “toré”, descrito por Duque como uma dança realizada em conjunto e com “trajes típicos”, nas festas devocionais citada: e “a guarda de troféus que dizem ter sido da Guerra do Paraguai”, conflito em que para o cronista, existiam dúvidas se os índios tinham ido de forma voluntária ou compulsoriamente<sup>15</sup>.

É notável que Duque deslegitima a identidade dos Xukuru de forma muito mais incisiva do que Santos, que utilizava-se de termos saudosos e atenuantes de forma a dissimular a existência Xukuru em sua contemporaneidade. Duque coloca em dúvida diretamente a agência indígena no contexto da Guerra do Paraguai, além dos próprios objetos que os Xukuru remetem à época. Este também afirma claramente sua opinião sobre o fim dos Xukuru e os caracteriza enquanto “misturados” à sociedade pesqueira, sem deixar, entretanto, de ressaltar sua pobreza e “selvageria” em relação aos demais cidadãos. Tal visão do indígena como selvagem, apesar de bastante antiga, ainda é muito difundida na Imprensa de meados do século XX, como é o caso do artigo no qual, ao tratar de vocábulos indígenas na toponímia brasileira, José de Almeida Maciel, renomado memorialista autor de *Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres*, esclarece que seu intuito foi apenas o de conseguir a tradução dos topônimos, e jamais o de expôr “conhecimentos

---

<sup>14</sup> “Festa dos xucurus”. **Folha da Manhã**, Recife, 24/01/1949, p.4 apud SILVA, p. 193.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 193-194.



atinentes ao idioma selvagem [...]”<sup>16</sup>. Da mesma forma, o discurso dos Xukuru enquanto extintos ou em vias irreparáveis de extinção também não é exclusividade de Augusto Duque. Na coluna “Turismo e outras notícias” do Diário de Pernambuco, um ofício enviado pelo sr. Narciso Rosa Matos, presidente da Instituição Marechal Rondon, informa que este comemora anualmente a Semana do Índio “mesmo sem o apoio das autoridades competentes”. Narciso se identifica enquanto “filho de índio Xucuru, cuja tribu (sic) vem de extinguir-se, quase por completo, juntamente com os Pancaru e Ororubá, vivendo os seus pouco remanescentes na antiga vila de Cimbres, município de Pesqueira”<sup>17</sup>.

## **VII - AS LIGAS CAMPONESAS**

Apesar de a sindicalização rural estar prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e ter sido anunciada como meta de vários governos, não podia ser efetivada devido à pressão dos proprietários, expressada através da Confederação Rural Brasileira. Nestas circunstâncias, os foreiros do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE), fundaram uma associação de ajuda mútua para lidar com questões como o atraso no pagamento do foro e o enterro dos seus mortos, que foi nomeada Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), ficando conhecida pela Imprensa como Liga Camponesa, em alusão ao movimento surgido na década de 40 e formado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que passou por repressão ao fim do governo ditatorial de Vargas.

A partir do encontro dos foreiros com o deputado e advogado Francisco Julião, as Ligas Camponesas transformaram-se em grande ameaça à ordem social e à “paz agrária”, aos olhos dos políticos, da sociedade civil, e, por consequência, da imprensa. As ações da SAPPP e das Ligas Camponesas tornaram-se pauta até da imprensa internacional. A Secretaria de Segurança Pública monitorava não só o Engenho Galiléia mas quase todo o estado, devido ao aparecimento de outras Ligas, e seus investigadores produziam

---

<sup>16</sup> MACIEL, José de Almeida. “Vocábulos indígenas na toponímia brasileira”, A Voz de Pesqueira, Pesqueira. 13/01/1952, p. 2.

<sup>17</sup> “Será comemorada no Recife a Semana do Índio”, Diário de Pernambuco, Recife. 03/04/1966, p. 6.

relatórios periódicos em que narravam as atividades dos que viam como líderes (MONTENEGRO, 2012, p. 394-396).

No que tange à Imprensa periódica, as Ligas sempre foram tratadas com desconfiança e desprezo, principalmente com o início da Guerra Fria. Na conclusão de um artigo intitulado “Caminhamos para entregar o Nordeste aos comunistas”, publicado no Diário de Pernambuco em 1947, o autor não identificado afirma que “a atividade de tais ‘Ligas’ só pode ser subversiva. A quase totalidade dos trabalhadores rurais é composta de analfabetos.” E questiona: “qual o interesse político em torno da atividade desses trabalhadores, que não podem votar, senão a subversão da ordem?”<sup>18</sup>. Ao mesmo tempo em que a Imprensa atribui ao Comunismo e às Ligas Camponesas uma ameaça à democracia e às liberdades individuais, também reconhece no homem do campo um sujeito inocente e facilmente corrompido pela perigosa ideologia pregada pelos “agitadores vermelhos”. No ano seguinte, o mesmo periódico afirma que “os jornais do sr. Agamenon Magalhães, amigo e aliado de Prestes, receberam instruções do antigo ministro da Justiça da ditadura, para prestigiar as tais Ligas Camponesas, fomentando mesmo a sua multiplicação [...]”<sup>19</sup>. O colunista reconhece o dever do Estado em auxiliar o “pequeno agricultor” e o “trabalhador agrícola”, evitando o uso do termo “camponês”, mas finaliza que “uma cousa[sic] é um programa de ação democrático e outra cousa[sic] é o jogo comunista”. Na Gazeta de Pesqueira, em 1962, Antônio Farias afirma que

Numa última tentativa para iludir o povo, o comunismo reveste-se de tonalidades democráticas e nacionalistas. Encobre seu ódio às religiões. Disfarça seu menosprêso[sic] pelas famílias. E, nos dias presentes, usando de nova tática, cria ‘ligas camponesas’. [...] E criem juízo certos moços, inclusive de Pesqueira, que se estão deixando impressionar pela propaganda de um falso nacionalismo.<sup>20</sup>

Vale ressaltar que quase 15 anos separam as notícias citadas, que foram publicadas em periódicos diferentes, mas perdura o mesmo discurso de que as Ligas são uma artimanha para a instauração de um regime comunista no Brasil a partir da manipulação do povo. Também é comum a oposição direta do comunismo, sempre citado quando se trata das Ligas, às instituições

---

<sup>18</sup> “Caminhamos para entregar o Nordeste aos comunistas”, Diário de Pernambuco, Recife. 19/08/1947, p. 10.

<sup>19</sup> “As ‘Ligas Camponesas’ se multiplicam”, Diário de Pernambuco, Recife. 10/03/1948, p. 4.

<sup>20</sup> FARIAS, Antônio. “Arranquem as máscaras, senhores!”, Gazeta de Pesqueira, 03/03/1962, p.1.

religiosas e familiares. Na mesma edição da Gazeta, ao falar sobre as chuvas que, enfim, chegaram ao Estado, José Severino do Carmo comemora que

um riso se encontra estampado na face do caboclo que já se refez das vicissitudes sofridas e se prepara para novas investidas em sua roça fazendo novas plantações. [...] Mas um fato é importante que se saliente. As chuvas [...] servirão não só para garantir as colheitas dos que plantaram, mas também para fazer o homem crente e evitar o seu desespero. Com a falta de inverno, o camponês levado muitas vezes por aproveitadores sem escrúpulos, se desesperava e rogava pragas contra a divindade, contra os poderes públicos e até contra o atual regime.<sup>21</sup> (grifo nosso)

## VIII - A LIGA CAMPONESA DE PESQUEIRA E OS XUKURU NOS PERIÓDICOS

É difícil estabelecer a data em que foi fundada a Liga Camponesa da zona rural de Pesqueira, mas é possível inferir que aconteceu no ano de 1947, a partir de duas notícias publicadas pelo Diário de Pernambuco. A primeira é intitulada “O governo e as ‘Ligas Camponesas’”, e nela o jornalista discorre acerca de uma nota do governo do Estado em que este afirma não ter ligações com as Ligas. Segundo a notícia,

Na imprensa que apoia o governo do Estado é que os fomentadores das tais ‘Ligas’ encontraram melhor apoio; e só o fato de essas mesmas folhas só chamarem aos lavradores de ‘camponeses’ indica que há por aí algum ‘dente de coelho’.[...] ‘Camponês’ obedece à terminologia soviética, com o fito de fazer proselitismo.[...] O governo confessa que em Pesqueira as enxadas foram entregues a um agitador vermelho. Mas diz que ‘foi apenas um erro da indicação da pessoa que deveria ser incumbida da distribuição[...]’. Erro ou não, o fato é que as enxadas foram entregues ao agente soviético de nome Malaquias, comunista fichado e secretário do Comitê ou Célula Comunista de Pesqueira, onde o ano passado foi apreendido o arquivo do Partido Comunista. Esse mesmo Malaquias é que formou a ‘Liga Camponesa Clementino da Hora’, composta dos caboclos da Serra do Ororubá, no sítio Brejinho.[...] Os funcionários da Secretaria, que chegaram a Pesqueira, disseram ao Prefeito que iam entregar as enxadas a uma pessoa de confiança, de nome Malaquias. O prefeito concordou, de boa fé. Mas depois veio a saber que Malaquias era um agitador vermelho, e já ia distribuir as enxadas com os simpatizantes comunistas para fazer propaganda. Logo, deliberou apreender o material pedindo a interferência do delegado. Estava Malaquias tão certo que as enxadas eram para ele distribuir aos caboclos comunistas, que bateu o pé e ameaçou telegrafar para o Recife.<sup>22</sup>

É possível notar o esforço do autor no sentido de alienar o termo “camponês” da realidade vivida no país e de cercar o comunismo de terrores, denominando Malaquias de “agitador vermelho”, “agente soviético” e

---

<sup>21</sup> CARMO, José Severino do. “Ninguém salvou o Nordeste, mas Deus o fará”, Gazeta de Pesqueira, 03/03/1962, p.4.

<sup>22</sup> “O governo e as ‘Ligas Camponesas’”. Diário de Pernambuco, Recife, 28/03/1948. p. 4.

“comunista fichado”. Em outra notícia sobre o mesmo acontecimento, publicada alguns dias depois no mesmo periódico, o autor caracteriza os Xukuru pela primeira e única vez em anos como “índios de Cimbres”, para logo depois afirmar que Malaquias, citado anteriormente, “estava o ano passado formando a ‘Liga Camponesa Clementino da Hora’, composta de caboclos da serra do Ororubá, no sítio Brejinho, explorando a ignorância do povo”<sup>23</sup>

É interessante também observar que, apesar de tratar dos indígenas envolvidos enquanto “caboclos comunistas”, as notícias sobre as enxadas serão as únicas em que o periódico irá tratar diretamente do envolvimento dos Xukuru na Liga da zona rural de Pesqueira. No entanto, em outros momentos será possível deduzir que os “camponeses” citados tratam-se de moradores da Serra do Ororubá, como é o caso da notícia “Governador, bispo e camponeses debateram em Pesqueira problema da Reforma Agrária”, em 1960, na qual o bispo adverte que “cresce, com o problema da terra, o perigo da infiltração comunista nas áreas rurais de Pesqueira, em sua maioria ocupadas pela cultura intensiva da goiaba e do tomate”. O autor segue afirmando que

a serra do Ororubá é uma das áreas livres do município, pois as outras são ocupadas, totalmente, pelas grandes culturas [...]. Ororubá, atualmente, é uma região de terras devolutas que em pequena proporção são arrendadas aos camponeses por preços qualificados de extorsivos [...]. Segundo alegam os componentes da Liga Camponesa - que já ultrapassam a mil - os proprietários das terras de Ororubá vêm cometendo abusos. Soltam o gado nas lavouras, tomam as terras antes que a colheita tenha sido ultimada[...].<sup>24</sup>

De acordo com a análise feita até aqui, já é praticável inferir que a afirmação da Serra como uma área que estaria livre das grandes culturas é uma falácia, levando em conta a grande ocupação da área por plantios de tomate e goiaba. É elucidativo para o entendimento do apagamento progressivo das populações indígenas na Imprensa o apontamento de que a Serra, até 1879 um aldeamento e ainda ocupado por indígenas em seus sítios ou terras arrendadas, “é uma região de terras devolutas” e, além disso, a falta de reconhecimento destes indígenas entre os camponeses, ao contrário do contraste que foi evidenciado na notícia anteriormente analisada.

---

<sup>23</sup> “Distribuição de enxadas em Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife. 23/03/1948, p.4.

<sup>24</sup> “Governador, bispo e camponeses debateram em Pesqueira problema da Reforma Agrária”. Diário de Pernambuco, Recife. 30/08/1960. p. 8.

Em 22 de outubro de 1963, o Diário noticia o ofício enviado pelo presidente do Sindicato de Trabalhos Autônomos de Pesqueira ao secretário da Agricultura, através do qual denuncia as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, ressalta a existência de terras devolutas no poder do governo estadual, “aduz que a terra deve ter uma destinação social [...]” e “intercede para que os camponeses possam utilizar as propriedades do Estado ali distantes e que a Secretaria da Agricultura lhes propicie assistência técnica[...]”<sup>25</sup>. No dia seguinte, o agora deputado Luiz Neves encaminha o apelo do Sindicato ao governador<sup>26</sup>. No dia 31 do mesmo mês, na coluna *Periscópio*, palco de pequenas notícias políticas sobre o Estado, há a confirmação dos rumores de que “camponeses de Pesqueira ocuparam pela violência terras do Ministério da Agricultura”. Para o colunista, agiram bem visto que ocuparam não terras privadas, mas terras públicas “as mais inaproveitadas, as mais inúteis”<sup>27</sup>. No dia seguinte, o deputado Apolinário de Siqueira denuncia a atuação de uma rede de terrorismo em Pesqueira comandada

pelos agitadores comunistas Luiz Arcoverde, Luiz Neves e deputado Gilberto Azevedo”. [...]No final de sua entrevista, o deputado[...] apontou como mandatários da liderança comunista em Pesqueira, os agitadores Manuel Moreira, José Alexandre, uma mulher conhecida pelo nome de Luiza ou Luizinha, e o indivíduo Viana.<sup>28</sup>

É possível perceber mais uma vez a relação direta feita pela Imprensa entre a ocupação de terras, o comunismo e o terrorismo, atribuindo às ações das Ligas uma ameaça à estrutura da sociedade. O que também é possível verificar em um telegrama do vereador Juraci Bezerra Cavalcanti publicado no Diário do mesmo dia e na mesma página sob o título “Vermelhos ameaçam saquear Pesqueira”, através do qual denuncia “[...] o clima de intranquilidade e agitação que vem se preparando nesta pacata cidade [...]. As terras do Fomento Federal foram invadidas. Para hoje está programada uma passeata, com ameaça de saque ao comércio”<sup>29</sup>. Apesar das várias denúncias sobre o

---

<sup>25</sup> “Camponeses de Pesqueira querem terras do Estado”. Diário de Pernambuco, Recife. 22/10/1963, p. 5.

<sup>26</sup> “Apelo para cessão de terras aos camponeses em Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife. 23/10/1963, p. 14.

<sup>27</sup> “Periscópio”. Diário de Pernambuco, Recife. 31/10/1963, p. 14.

<sup>28</sup> “Amplia-se para o Agreste a agitação comunista no Estado”. Diário de Pernambuco, Recife, 01/11/1963, p. 3

<sup>29</sup> CAVALCANTI, Juraci Bezerra. “Vermelhos ameaçam saquear Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife, 01/11/1963, p. 3

clima conturbado, em 22 de novembro o secretário de Agricultura volta de Pesqueira

afirmando que não há agitação das ligas camponesas naquele município, “mas grande confiança da parte dos camponeses e proprietários na solução do problema da terra”. Diz [...] que o problema de Pesqueira se relacionava ao receio, que passaram a ter os proprietários, de entregar a terra aos camponeses. [...] o proprietário impedia que fosse cultivada a mandioca, pois essa lavoura não permite que o gado paste na terra cultivada. Dessa situação surgiu o problema, com a reivindicação do camponês de cultivar a mandioca na terra arrendada.<sup>30</sup>

Apesar de tais afirmações, que suscitam questões já levantadas como a da plantação da mandioca, no dia 18 do mês seguinte é noticiado que “nova invasão voltou a ocorrer[...] vez que não se positivaram as soluções das autoridades governamentais no tocante ao problema”. O delegado da Superintendência de Política Agrária, a SUPRA, Waldemar Borges estabeleceu um prazo de 30 dias para apresentar alguma solução para os camponeses. Passado o prazo, “diante da falta de terras para trabalhar, os camponeses decidiram ocupar, pela segunda vez, as propriedades federais, resolvendo inclusive, não abandoná-las, sob nenhum pretexto”<sup>31</sup>.

Esta foi a última notícia contemporânea à ocupação do sítio Pedra D'água encontrada nos periódicos sobre a mesma. Segundo José Alexandre, morador de Serrinha entrevistado por Edson Silva (e que pode, inclusive, ser aquele denunciado pelo deputado Apolinário de Siqueira como “agitador comunista”), houve grande repressão à ocupação com o Golpe Militar de 1964 (SILVA, 2008, p. 269). A próxima e última notícia trata sobre a condenação de “subversivos” em 1969, na qual foi absolvido o padre José Maria da Silva e mais quatro acusados, ao mesmo tempo em que foram condenados pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército a dois anos de reclusão, pela invasão da propriedade da União, os réus Manuel Moreira, Augusto Alves da Silva, José Alexandre de Melo e Elizeu Inácio da Costa, alguns já citados pelos periódicos acima como “agitadores”. O Conselho também acabou por decidir encaminhar alguns dos acusados para processos na Justiça Civil por comprarem madeiras e carvão retirados do local, entre estes Cícero Pereira de

---

<sup>30</sup> “Trench diz que liberou verbas para maternidade”. Diário de Pernambuco, Recife, 22/11/1963. p. 5.

<sup>31</sup> “Camponeses voltaram a ocupar terras da União, em Pesqueira”. Diário de Pernambuco, Recife, 18/12/1963. p. 5.

Araújo, pai do Cacique “Xicão” Xukuru, mais uma vez citado sem menção à sua identidade indígena.

Desta forma, é possível analisar que, para grande parte da elite intelectual pernambucana e pesqueirense que escrevia ou lia os periódicos analisados em meados do XX, o apagamento do indígena Xukuru não se tratava de um discurso novo ou desprovido de significado ou motivação, pelo contrário, tratava-se de uma estratégia política e social que visava a manutenção da posse da Serra do Ororubá por seus invasores não-indígenas e perdurou por décadas até tornar-se impossível continuar a ignorar a identidade e os direitos dos Xukuru do Ororubá. Entretanto, torna-se possível perceber também as estratégias traçadas por estes indígenas, que haviam passado pelo processo de territorialização, em resposta à negação identitária que vinham vivenciando há anos. Tendo estes encontrado, na vinculação à Liga Camponesa, uma forma de ter sua reivindicação considerada em um contexto em que o SPI não alcançava uma solução efetiva para as disputas agrárias da Serra do Ororubá e as Ligas eram retratadas com destaque pela Imprensa periódica como uma grande ameaça comunista à “paz agrária”, principalmente após a reforma agrária do Engenho Galiléia.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Aldeias indígenas no Rio de Janeiro colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural.

**Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 2, n. 1, p.119-147, jan. 2015.

ALMEIDA, Maria Regina de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. 168p.

ARAÚJO, Magno José de Sá. **Carlos de Lima Cavalcanti**. Disponível em: <http://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=42417&dir=genxdir/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CAVALCANTI, Bartolomeu. **No tacho, o ponto desandou: História de Pesqueira, de 1930 a 1950**. 2005. 278 f. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

FIALHO, Vânia; NEVES, Rita de Cássia Maria; FIGUEIROA, Mariana Carneiro Leão (org.). **"Plantaram" Xicão: os Xukuru do Ororubá e a criminalização do direito ao território**. Manaus: PNCSA- UEA/UEA Edições, 2011. 199 p.

GALINDO, Betânia Flávia Cavalcanti. **A cidade das chaminés: História da industrialização de Pesqueira.** 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Administração, Faculdade Boa Viagem, Recife, 2007.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. (Org.). **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste.** Recife: Diário de Pernambuco, 1975.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,** [S.l.], v. 29, n. 02, ago. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9974>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954):** vol. I - Diário de Pernambuco. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária Universidade Federal de Pernambuco, 1968. 210 p.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954):** vol. XIII - Municípios das Letras L a P. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002. 595 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-9313199800010003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-9313199800010003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>.

PÁDUA, José Augusto. "Aniquilando as naturais produções": crítica iluminista, crise colonial e as origens do ambientalismo político no Brasil (1786-1810). **Dados,** Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 497-538, 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-5258199900030005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258199900030005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 de ago. de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000300005>.

PESQUEIRA. CÂMARA MUNICIPAL DE PESQUEIRA. . **Hino.** Disponível em: <http://www.camarapesqueira.pe.gov.br/hino.php>. Acesso em: 15 jan. 2021.



PORTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P.; TABARELLI, Marcelo (Org.). **Brejos de altitude em Pernambuco e Paraíba: História natural, ecologia e conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 324 p.

REICHEL, H. J. Sob os olhos da águia: imagens da Argentina peronista na imprensa brasileira dos primeiros anos da Guerra Fria (1946-1955). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 7, 2013. DOI: 10.46752/anphlac.7.2008.1381. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1381>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ROGERS, Thomas D. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata pernambucana. **Cadernos de História**, Recife, v. 6, n. 6, 2009, p. 13-28.

SANTOS, Luiz Cristóvão dos. **Carlos Frederico Xavier de Britto: o bandeirante da goiaba**. Recife, Folha da Manhã S.A.. 1953, 29 p.

SILVA, Edson Hely. Índios: desafios as pesquisas e as reflexões históricas. In: NETA, Francisca Maria; PEIXOTO, José Adelson Lopes. (Orgs.). **Ecos do silêncio: o saber e o fazer da pesquisa**. Recife: Libertas, 2018, p. 29-46

SILVA, Edson Hely. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961). **Revista Crítica Histórica**, Ano I, Nº 2, , p. 101-114, dez, 2010.

SILVA, Edson Hely. Povos indígenas no Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 7, n. 1 (2017): Dossiê: Povos Indígenas: entre a Antropologia, a Arqueologia e a História.

SILVA, Edson Hely. **Povo Xukuru do Ororubá**. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/povo-xukuru-do-ororuba/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, Edson Hely. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. 2008. 299 f. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: \_\_\_\_\_ **Economia e sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. p. 267-277.

**FONTES**  
**JORNAIS**

**Arquivo Público Jordão Emerenciano - APEJE**

A Voz de Pesqueira (1952)

A Voz de Pesqueira (1958-1961)

Gazeta de Pesqueira (1957-1962)

**Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**

Diário de Pernambuco (1940-1949)

Diário de Pernambuco (1950-1959)

Diário de Pernambuco (1960-1969)

## ANEXOS

### Normas para Submissão – Revista Espacialidades<sup>32</sup>

#### Diretrizes para Autores

##### 1. DO ENVIO DE ARTIGOS

- a) a revista aceitará apenas artigos, resenhas, e entrevistas de caráter inédito, ou que ainda não tenham sido traduzidos para o português;
- b) todas as contribuições serão submetidas a análise do conselho consultivo da Revista Espacialidades;
- c) respeitar-se-á o limite de 12 a 25 páginas para artigos e de 3 a 8 para resenhas; para entrevistas respeitar-se-á o limite mínimo de 4 páginas, não havendo um limite máximo; para fontes respeitar-se-á o limite entre 4 e 15 páginas.
- d) Acesse o [Modelo de artigo](#) com as configurações especificadas.

##### 2. DOS ARQUIVOS

- a) deverão ser enviados arquivos em formato Word (.doc ou .docx);
- b) nos arquivos com imagens, as mesmas deverão constar no interior do corpo do texto, em resolução mínima de 300 dpi e formato .jpg.
- c) ao enviar o arquivo, o(a) autor(a) deverá remover as propriedades e informações pessoais do documento.

##### 3. DA AUTORIA

- a) a revista aceitará contribuições de pesquisadores com qualquer titulação acadêmica, de graduandos à doutores;
- b) Não serão aceitos artigos com mais de três autores;
- c) Em casos de coautoria seguimos a política de incentivo de trabalhos que não fiquem limitados a coautoria de orientandos. Caso esta prática ocorra, deve ser inserida de modo a englobar projetos plurais com docentes, interinstitucionais ou internacionais e com a participação de todos os envolvidos em todas os

---

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/about/submissions>>. Acesso em 15 jan. 2021.

desdobramentos da elaboração do projeto, passando pela discussão e pesquisa, até a finalização do produto, qual seja, o artigo acadêmico.

d) em caso de coautoria, todos os autores devem realizar o cadastro na plataforma da revista, informando filiação, titulação, link para acesso do currículo Lattes e e-mail no resumo da biografia.

#### 4. ORDEM DA DISPOSIÇÃO DO CONTEÚDO DENTRO DO ARQUIVO

a) Título do artigo: centralizado em fonte Garamond, tamanho 18, com letras maiúsculas e em negrito;

b) Subtítulo (quando houver): segue o título, centralizado, em fonte Garamond, tamanho 18, com letras minúsculas, sem negrito;

c) Título e subtítulo em inglês: abaixo do subtítulo em língua portuguesa, centralizado em fonte Garamond, tamanho 13, com letras minúsculas, sem negrito;

d) Nome do autor: alinhado à direita; em fonte Garamond, tamanho 13. As seguintes informações deverão aparecer em nota de rodapé: formação do autor; filiação institucional; grupo de pesquisa, caso o autor faça parte de algum; endereço eletrônico do Currículo Lattes; órgão patrocinador, em casos de pesquisas financiadas; endereço de e-mail do autor. ATENÇÃO: Estas informações deverão ser prestadas no *resumo da biografia* na hora do cadastro do autor na plataforma da revista e deverão aparecer no corpo do texto somente na última revisão, após o Parecer Definitivo, para que seja garantida a avaliação dupla-cega por pares. A primeira versão do artigo deverá ser enviada sem a identificação do autor.

e) Resumo e palavras-chave (em português): alinhamento justificado em fonte Garamond, tamanho 13; espaço entre linhas simples;

f) Resumo e palavras-chave (em inglês): alinhamento justificado em fonte Garamond, tamanho 13; espaço entre linhas simples;

g) Os resumos deverão conter até 10 linhas e, no máximo, cinco palavras-chave, não excedendo a primeira página do arquivo;

h) Corpo do artigo;

i) Referências.

#### 5. DA FORMATAÇÃO DO CORPO DO ARTIGO

- a) Fonte: Garamond;
- b) Tamanho: 13;
- c) Espaçamento entre linhas: 1,5;
- d) Espaçamento depois do parágrafo: 12 pt;
- e) Parágrafo: 1,5;
- f) Alinhamento: justificado;
- g) Margens do documento: esquerda e direita: 3,0 ; superior e inferior: 2,5.
- h) Títulos contidos no texto devem constar em letra minúscula e negrito;
- i) Os editores da revista se reservam o direito de alterar aspectos formais do texto, como espaçamento, negrito, itálico etc. para que a revista mantenha um padrão homogêneo.

## 6. DAS FIGURAS, TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

- a) As figuras, tabelas, quadros e gráficos devem ser inseridos no corpo do texto;
- b) Todos os elementos devem conter legenda, colocada acima deles, em fonte Garamond, tamanho 13 pt, e com indicação tipológica e numérica os antecedendo (ex.: Figura 1: Título)
- c) A indicação da fonte deve vir abaixo do elemento, em fonte Garamond e tamanho 11 pt.

## 7. REMISSÕES BIBLIOGRÁFICAS, CITAÇÕES E NOTAS DE RODAPÉ

- a) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo principal do texto, entre parênteses, constando o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, como no exemplo: (BURKE, 1997, p. 77).
- b) As citações com mais de três linhas deverão ser alocadas em destaque, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho da fonte 11 e espaçamento simples;
- c) notas de rodapé: alinhamento justificado em fonte Garamond, tamanho 11.

d) Para os casos de citações diretas de obra em idiomas diferentes a escrita do artigo, deve constar a tradução no corpo do texto e o original em nota de rodapé;

e) Quando houver tradução de citação direta colocar em remissão a expressão "tradução nossa", de acordo com a ABNT - NBR 10520.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética. Fonte Garamond, tamanho 13, com espaço entre linhas simples, separadas por uma linha entre cada referência.

a) Para livros: SOBRENOME, prenome do autor. Título do livro. Cidade: Editora, Ano.

b) Para capítulo de livro: SOBRENOME, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME, prenome do autor. Título do livro. Cidade: Editora, Ano. pp. XX-XX.

c) Para artigo de periódico: SOBRENOME, Prenome do autor. Título do artigo. Título do Periódico. Cidade, v., n., p., mês (se tiver) Ano.

d) Todas as outras formas de referências que não foram contempladas nessa seção devem ser seguidas segundo as normas da ABNT NBR 623/2018